

Linguagem Jurídica

1.



Copyright © 2000 Mauricio de Sousa Produções Ltda. Todos os direitos reservados.

75

Os quadrinhos nos mostram

- um descontentamento, por parte de Papa-capim, evidenciando uma ironia.
- imparcialidade por parte dos índios.
- crítica ao povo indígena por demorar a usufruir o que o progresso possibilita.
- surpresa por perceber o que passa a ser possível com o advento das máquinas e tristeza por enxergar que a tribo perdeu muito tempo para notar isso.

2. Analisando-se com atenção o último quadro, a palavra “progresso” significa:

- desenvolvimento.
- avanço.
- evolução.
- destruição.

3. As tirinhas de humor, as charges, os quadrinhos, muitas vezes, passam para o leitor importantes informações dos acontecimentos que estão a sua volta. Na tirinha de Mauricio de Sousa, notamos

- a problemática ecológica que se verifica no Brasil desde a chegada dos portugueses.
- uma comparação entre a língua nativa e a língua do colonizador das terras brasileiras.
- os erros gramaticais cometidos em nome do progresso.
- as invasões, por parte dos indígenas, às terras dos brancos, conhecidos por caraíbas.

4.

Texto 1

“Mãe, eu tô te ligando de novo, pra você não esquecer do meu dinheiro.”

Texto 2

“Senhores ministros, gostaria de informá-los que sou um cidadão que o passado é um livro aberto.”

Podemos afirmar que não há erro do ponto de vista da linguagem no primeiro texto, e sim no segundo. No texto 1, como se trata de uma circunstância de informalidade, o desacato às regras estabelecidas pela norma culta da língua não caracteriza erro. No texto 2, como se trata de um contexto formal, os desvios observados caracterizam, de fato, erro.

Em tempo, a adequação de texto 2 à norma culta se dá assim: “Senhores ministros, gostaria de informá-los de que sou um cidadão cujo passado é um livro aberto.”

Considere o conceito de erro acima e marque a alternativa que, de acordo com o contexto, caracteriza, de fato, um erro.

- Conversa entre mãe e filho:
— Quando eu vê você na areia do vizinho você vai ver!
- Um juiz dirigindo-se a um promotor público:
— Quando intervier sem minha prévia autorização, será advertido.
- Congresso de desembargadores:
— Assim que verem os desdobramentos do que estamos abordando, sentirão a moleza com que o Estado tem tratado o detento.
- Colegas em um pátio escolar:
— Num tô nem aí pro que vão falá do que fiz.

Conhecimentos Gerais e Atualidades

5. O Cerrado, que ocupa mais de 20% do território nacional, é o segundo maior bioma brasileiro, menor apenas que a Amazônia. Representa um dos hotspots para a conservação da biodiversidade mundial e é considerado uma das mais importantes fronteiras agrícolas do planeta. Considerando a conservação da biodiversidade e a expansão da fronteira agrícola no Cerrado, avalie as afirmações a seguir.

- O Cerrado apresenta taxas mais baixas de desmatamento e percentuais mais altos de áreas protegidas que os demais biomas brasileiros.
- O uso do fogo é, ainda hoje, uma das práticas de conservação do solo recomendáveis para controle de pragas e estímulo à rebrota de capim em áreas de pastagens naturais ou artificiais do Cerrado.
- Exploração excessiva, redução progressiva do habitat e presença de espécies invasoras estão entre os fatores que mais provocam o aumento da probabilidade de extinção das populações naturais do Cerrado.
- Elevação da renda, diversificação das economias e o conseqüente aumento da oferta de produtos agrícolas e da melhoria social das comunidades envolvidas estão entre os benefícios associados à expansão da agricultura no Cerrado.

É correto apenas o que se afirma em

- I.
- II.
- I e III.
- III e IV.

6. A floresta virgem é o produto de muitos milhões de anos que passaram desde a origem do nosso planeta. Se for abatida, pode crescer uma nova floresta, mas a continuidade é interrompida. A ruptura nos ciclos de vida natural de plantas e

animais significa que a floresta nunca será aquilo que seria se as árvores não tivessem sido cortadas. A partir do momento em que a floresta é abatida ou inundada, a ligação com o passado perde-se para sempre. Trata-se de um custo que será suportado por todas as gerações que nos sucederem no planeta. É por isso que os ambientalistas têm razão quando se referem ao meio natural como um “legado mundial”. Mas, e as futuras gerações? Estarão elas preocupadas com essas questões amanhã? As crianças e os jovens, como indivíduos principais das futuras gerações, têm sido, cada vez mais, estimulados a apreciar ambientes fechados, onde podem relacionar-se com jogos de computadores, celulares e outros equipamentos interativos virtuais, desviando sua atenção de questões ambientais e do impacto disso em vidas no futuro, apesar dos esforços em contrário realizados por alguns setores. Observe-se que, se perguntarmos a uma criança ou a um jovem se eles desejam ficar dentro dos seus quartos, com computadores e jogos eletrônicos, ou passear em uma praça, não é improvável que escolham a primeira opção. Essas posições de jovens e crianças preocupam tanto quanto o descaso com o desmatamento de florestas hoje e seus efeitos amanhã. (SINGER, P. *Ética Prática*. 2 ed. Lisboa: Gradiva, 2002, p. 292 (adaptado))

É um título adequado ao texto apresentado acima:

- A) Computador: o legado mundial para as gerações futuras.
- B) Uso de tecnologias pelos jovens: indiferença quanto à preservação das florestas.
- C) Preferências atuais de lazer de jovens e crianças: preocupação dos ambientalistas.
- D) Engajamento de crianças e jovens na preservação do legado natural: uma necessidade imediata

7. É ou não ético roubar um remédio cujo preço é inacessível, a fim de salvar alguém, que, sem ele, morreria? Seria um erro pensar que, desde sempre, os homens têm as mesmas respostas para questões desse tipo. Com o passar do tempo, as sociedades mudam e também mudam os homens que as compõem. Na Grécia Antiga, por exemplo, a existência de escravos era perfeitamente legítima: as pessoas não eram consideradas iguais entre si, e o fato de umas não terem liberdade era considerado normal. Hoje em dia, ainda que nem sempre respeitados, os Direitos Humanos impedem que alguém ouse defender, explicitamente, a escravidão como algo legítimo. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Fundamental. *Ética*. Brasília, 2012. Disponível em: <portal.mec.gov.br>. Acesso em: 16 jul. 2012 (adaptado))

Com relação a ética e cidadania, avalie as afirmações seguintes.

- I. Toda pessoa tem direito ao respeito de seus semelhantes, a uma vida digna, a oportunidades de realizar seus projetos, mesmo que esteja cumprindo pena de privação de liberdade, por ter cometido delito criminal, com trâmite transitado e julgado.
- II. Sem o estabelecimento de regras de conduta, não se constrói uma sociedade democrática, pluralista por

definição, e não se conta com referenciais para se instaurar a cidadania como valor.

III. Segundo o princípio da dignidade humana, que é contrário ao preconceito, toda e qualquer pessoa é digna e merecedora de respeito, não importando, portanto, sexo, idade, cultura, raça, religião, classe social, grau de instrução e orientação sexual.

É correto o que se afirma em:

- A) I, II e III.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.

8. A globalização é o estágio supremo da internacionalização. O processo de intercâmbio entre países, que marcou o desenvolvimento do capitalismo desde o período mercantil dos séculos 17 e 18, expande-se com a industrialização, ganha novas bases com a grande indústria nos fins do século 19 e, agora, adquire mais intensidade, mais amplitude e novas feições. O mundo inteiro torna-se envolvido em todo tipo de troca: técnica, comercial, financeira e cultural. A produção e a informação globalizadas permitem a emergência de lucro em escala mundial, buscado pelas firmas globais, que constituem o verdadeiro motor da atividade econômica. (SANTOS, M. *O país distorcido*. São Paulo: Publifolha, 2002 (adaptado))

No estágio atual do processo de globalização, pautado na integração dos mercados e na competitividade em escala mundial, as crises econômicas deixaram de ser problemas locais e passaram a afligir praticamente todo o mundo. A crise recente, iniciada em 2008, é um dos exemplos mais significativos da conexão e interligação entre os países, suas economias, políticas e cidadãos.

Considerando esse contexto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. O processo de desregulação dos mercados financeiros norte-americano e europeu levou à formação de uma bolha de empréstimos especulativos e imobiliários, a qual, ao estourar em 2008, acarretou um efeito dominó de quebras nos mercados.

PORQUE

II. As políticas neoliberais marcam o enfraquecimento e a dissolução do poder dos Estados nacionais, bem como asseguram poder aos aglomerados financeiros que não atuam nos limites geográficos dos países de origem.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

9. O anúncio feito pelo Centro Europeu para a Pesquisa Nuclear (CERN) de que havia encontrado sinais de uma partícula que pode ser o bóson de Higgs provocou furor no mundo científico. A busca pela partícula tem gerado descobertas importantes, mesmo antes da sua confirmação. Algumas tecnologias utilizadas na pesquisa poderão fazer parte de nosso cotidiano em pouco tempo, a exemplo dos cristais usados nos detectores do acelerador de partículas large hadron colider (LHC), que serão utilizados em materiais de diagnóstico médico ou adaptados para a terapia contra o câncer. “Há um círculo vicioso na ciência quando se faz pesquisa”, explicou o diretor do CERN. “Estamos em busca da ciência pura, sem saber a que servirá. Mas temos certeza de que tudo o que desenvolvemos para lidar com problemas inéditos será útil para algum setor.”

(CHADE, J. Pressão e disputa na busca do bóson. O Estado de S. Paulo, p. A22, 08/07/2012 (adaptado))

Considerando o caso relatado no texto, avalie as seguintes asserções e a relação proposta entre elas.

I. É necessário que a sociedade incentive e financie estudos nas áreas de ciências básicas, mesmo que não haja perspectiva de aplicação imediata.

PORQUE

II. O desenvolvimento da ciência pura para a busca de soluções de seus próprios problemas pode gerar resultados de grande aplicabilidade em diversas áreas do conhecimento.

A respeito dessas asserções, assinale a opção correta.

- A) As asserções I e II são proposições verdadeiras, e a II é uma justificativa da I.
- B) As asserções I e II são proposições verdadeiras, mas a II não é uma justificativa da I.
- C) A asserção I é uma proposição verdadeira, e a II é uma proposição falsa.
- D) A asserção I é uma proposição falsa, e a II é uma proposição verdadeira.

Direito Constitucional

10. Considerando os critérios de classificação das constituições quanto à sua origem, estabilidade e extensão, respectivamente, é correto afirmar que a Constituição Federal de 1988 é:

- A) Analítica, rígida e promulgada.
- B) Outorgada, super-rígida e analítica.
- C) Promulgada, rígida e analítica.
- D) Analítica, rígida, promulgada.

11. Assinale a alternativa que aponta regra não materialmente constitucional:

- A) As que organizam o Estado.
- B) As que se relacionam com o poder.

C) As que dispõem sobre as hipóteses de inelegibilidades para os cargos do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

D) As que tratam da política de desenvolvimento urbano.

12. Assinale a alternativa INCORRETA

A) Constituição rígida é aquela que para ser modificada necessita de um processo mais complexo do que o exigido para a mudança das leis ordinárias.

B) A Constituição de 1937 foi apelidada de Constituição Cidadã.

C) A Constituição de 1934 foi positivada por promulgação.

D) Todas as regras dispostas no texto constitucional são formalmente constitucionais.

13. Analise as afirmações abaixo e escolha a alternativa CORRETA.

I - Norma constitucional de eficácia plena é aquela que contém todos os elementos necessários para a pronta e integral aplicabilidade dos efeitos que dela se esperam.

II - Norma constitucional de eficácia limitada é uma norma de eficácia plena, que opera todos os efeitos desde sua entrada em vigor. No entanto, o legislador está autorizado a reduzi-la.

III - Norma constitucional de eficácia contida é aquela que não contém todos os elementos necessários à sua integral aplicabilidade, porque ela depende da interposição do legislador.

- A) Apenas a afirmação I está correta.
- B) Apenas a afirmação II está correta.
- C) Apenas a afirmação III está correta.
- D) Todas as afirmações estão corretas.

14. Assinale a alternativa INCORRETA.

A) Regras materialmente constitucionais são as regras que organizam o Estado.

B) Somente são materialmente constitucionais as regras que se relacionam com o poder e que tratam de matéria constitucional, independentemente de estarem ou não dispostas na Constituição.

C) Todas as regras dispostas no texto constitucional são formalmente constitucionais.

D) O fato de uma regra estar na Constituição não significa que ela é hierarquicamente superior às demais normas jurídica do ordenamento.

15. Examine as afirmações abaixo e após responda:

I - As disposições constitucionais transitórias são normas de eficácia exaurida e aplicabilidade esgotada. Por serem hierarquicamente inferiores às normas inscritas no texto básico da CF, elas não são consideradas normas cogentes e não possuem eficácia imediata.

II - A jurisprudência do STF considera que o preâmbulo da CF não tem valor normativo. Desprovido de força cogente, ele não é considerado parâmetro

para declarar a constitucionalidade ou a inconstitucionalidade normativa.

III - Na ação direta de inconstitucionalidade por omissão, a legitimidade passiva restringe-se ao Poder Legislativo inadimplente, ao qual será estipulado prazo para adotar as providências cabíveis no sentido de suprir a omissão.

IV - A interpretação conforme a Constituição efetuada pelo STF em controle abstrato de constitucionalidade apresenta eficácia erga omnes e efeito vinculante relativamente aos órgãos do Poder Judiciário e à administração pública federal, estadual e municipal.

- A) Todas estão corretas.
- B) Somente II e III estão corretas.
- C) Somente II, III e IV estão corretas.
- D) Somente II e IV estão corretas.

16. Examine as afirmações abaixo e após responda:

I - Nos termos da CF, compete privativamente ao Senado Federal processar e julgar o procurador-geral da República nos crimes de responsabilidade e nas infrações penais comuns.

II - Compete privativamente ao presidente da República declarar guerra em caso de agressão estrangeira e celebrar a paz, desde que, em ambos os casos, ocorra prévia autorização do Senado Federal.

III - O Congresso Nacional, mediante delegação, atribuiu ao Senado Federal a competência para suspender a execução do todo ou de parte de lei declarada inconstitucional por decisão definitiva do STF.

IV - De acordo com entendimento do STF, é inadmissível a edição de medida provisória pelo Poder Executivo federal que determine a abertura de crédito extraordinário em favor de órgãos componentes desse poder, caso não estejam configuradas situações de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

- A) Todas estão corretas.
- B) Somente IV está correta.
- C) Somente III está errada.
- D) Somente II e IV estão corretas.

17. É de competência da União Federal:

I – legislar privativamente sobre direito penal e direito processual penal, podendo mediante lei complementar, autorizar os Estados a legislar sobre questões específicas relativas a estas matérias.

II – Cuidar, com exclusividade, da saúde e assistência pública, proteger o meio ambiente e os documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural.

III – legislar concorrentemente com os Estados e o DF sobre procedimentos em matéria processual e custas dos serviços forenses.

IV – estabelecer normas gerais no âmbito da legislação concorrente que, se inexistentes, permitirão aos Estados exercer competência legislativa plena para atender as suas peculiaridades, e se supervenientes, suspenderão a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.

Analisando-se as assertivas acima, pode-se afirmar que:

- A) estão corretas as de número I, III e IV.
- B) Todas estão corretas.
- C) Apenas as de números II, III e IV estão corretas.
- D) Somente as de números I e II estão corretas.

18. O enquadramento constitucional das comissões parlamentares de inquérito não autoriza afirmar que:

A) Pode haver ampliação de investigações em razão do surgimento de fatos novos, desde que tenham relação com os que constituíram o objeto inicial da comissão.

B) As investigações podem incidir sobre fatos objeto de inquéritos policiais e processos judiciais em curso, se houver entre eles conexão.

C) As comissões parlamentares de inquérito estaduais não podem requisitar a quebra de sigilo de dados bancários.

D) Não caracteriza, em princípio, violação à imagem do indiciado em comissão parlamentar de inquérito, a transmissão e a gravação de sessão em que se lhe toma depoimento.

19. Assinale a opção correta:

A) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, 1% do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de 0,3% dos eleitores de cada um deles.

B) As medidas provisórias, com força de lei, adotadas pelo Presidente da República, em caso de relevância e urgência, não convertidas em lei no prazo de trinta dias, a partir de sua publicação, perderão a eficácia, mantida a validade dos atos praticados naquele período.

C) O veto do Presidente da República a projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional pode ser rejeitado pelo voto de três quintos dos membros de cada Casa do Congresso Nacional.

D) As comissões parlamentares de inquérito devem obter ordem judicial para obrigarem o comparecimento de cidadão.

Filosofia

20. De acordo com o estudado no início da disciplina, o ato de pensar está associado ao conhecimento, à realidade e à linguagem.

A partir da elaboração acima podemos afirmar que:

I – O pensar necessita de uma interação com a realidade para dinamizar o pensamento.

II – O conhecimento sempre flui do pensamento apenas pela energia interna da razão.

III – A realidade estimula ou desafia o pensamento, gerando o conhecimento e a linguagem.

IV – A linguagem é um capricho de valor secundário ao pensamento.

V - Uma vez alcançado o conhecimento, a realidade torna-se dispensável.

Podemos aceitar como correto o que se afirma em:

- A) I e V.
- B) II e IV
- C) I e III
- D) III e IV

21. Conforme texto trabalhado na disciplina, podemos afirmar que “A Filosofia caracteriza-se e, portanto, diferencia-se das demais formas de conhecimento, também pelo método e pelos procedimentos que utiliza para buscar as respostas. Podemos dizer que fazer filosofia é realizar um processo investigativo reflexivo que seja crítico, rigoroso, profundo ou “radical”, abrangente, ou que busque totalidades referenciais significativas sobre ou com base naquelas certas questões, às quais já nos referimos sem, ainda, indicá-las”.

Lorieri, Marco Antônio. Filosofia: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002, p.36.

A partir do texto de Lorieri avalie as seguintes afirmações.

I – O filosofar é uma atividade introspectiva que cada um conduz conforme se parecer.

II – O filosofar é uma atividade mental sistemática, com exigências e questões próprias.

III – O filosofar exige aceitação e obediência incondicional às verdades previamente conhecidas.

IV – O filosofar exige inquietação, questionamento, profundidade e coerência.

V – O filosofar é inato aos racionais, logo não admite regras metodológicas.

Podemos aceitar como verdadeiras apenas as afirmações:

- A) I e III
- B) III e V
- C) II e III
- D) II e IV

22. Os pensadores, pré-socráticos, tidos como primeiros pensadores a buscarem uma explicação racional sobre alguns assuntos, em geral viveram antes de Sócrates, desenvolveram suas concepções em lugares distantes de Atenas e em distintas escolas, embora com algumas identificações mútuas.

Avalie as seguintes afirmações sobre estes pensadores e suas abordagens.

I – Elaboram sólidos argumentos em defesa dos fundamentos míticos da cultura grega.

II – Suas principais obras preservadas geram contínuas pesquisas sobre a racionalidade.

III – Adotam, em geral, uma postura semelhante à científica na investigação do mundo físico.

IV – Têm o comum empenho em entender o ser humano, sua mente e sua alma.

V – Investigam o princípio constitutivo de todas as coisas, indo do cosmos ao átomo.

São aceitáveis como verdadeiras as afirmações:

- A) I e V
- B) III e V
- C) II e III
- D) II e IV

23. O grego Sócrates, século V a.C., é tido como uma referência impar no surgimento da filosofia, nos moldes que a conhecemos até hoje. Foi o grande inspirador de Platão que por sua vez foi o mestre de Aristóteles. Sócrates é facilmente identificável por sua temática, por seus métodos e algumas frases norteadoras.

Avalie as seguintes considerações:

I – Após conhecer a origem das coisas, preciso saber quem sou.

II – Identificar o mundo circundante é mais importante que o autoconhecimento.

III - Todo conhecimento é importante e com certeza posso saber mais que os outros.

IV – “Só sei que nada sei” e “conhece-te a ti mesmo”, são nortes de sua reflexão.

V- A ironia derruba convicções equivocadas, a maiêutica faz nascer a verdade interior.

Correspondem ao pensamento e a prática de Sócrates as afirmações:

- A) I e V
- B) III e V
- C) I e III
- D) IV e V

24. Karl Marx é um pensador já considerado contemporâneo, tido como profundo, polêmico e radical. No entanto alguns o tratam como uma espécie de profeta e messias dos novos tempos, combatendo um modelo de sociedade em função de uma sociedade mais justa. Outros o avaliam como uma espécie de demolidor, anarquista, odioso, inconsequente e passional, sem uma razão orientadora útil à sociedade.

Dentre os temas abordados por Marx e ideias por ele propostas estão:

I – A burguesia implantou o capitalismo e sofisticou a exploração do homem pelo homem.

II – O capitalismo necessita ser aperfeiçoado para ser preservado.

III – A sociedade de classes necessita construir uma convivência harmoniosa.

IV – A luta de classes, o combate à propriedade privada, o fim do Estado burguês.

V- A união entre as classes, o socialismo utópico e o governo dos pensadores.

São pertinentes a Karl Marx as afirmações:

- A) I e IV
- B) II e V
- C) III e IV
- D) I e V

Direito Civil

25. Mário Lima de Oliveira, de dezesseis anos de idade, foi examinado por médico psiquiatra e diagnosticado como esquizofrênico, enfermidade que lhe retira o necessário discernimento para o exercício pessoal dos atos da vida civil. Em razão disso, Mário é:

- a) relativamente incapaz pela idade, que prevalece em relação ao diagnóstico médico, a ser desconsiderado para efeitos jurídicos.
- b) relativamente incapaz, tanto pela idade como pela enfermidade diagnosticada.
- c) inteiramente capaz, bastando ser assistido por um Curador, em razão de sua idade e enfermidade, para certos atos da vida civil.
- d) absolutamente incapaz, irrelevante sua idade em face de sua enfermidade.

26. Gustavo completou 17 anos de idade em janeiro de 2010. Em março de 2010 colou grau em curso de ensino médio. Em julho de 2010 contraiu matrimônio com Beatriz. Em setembro de 2010, foi aprovado em concurso público e iniciou o exercício de emprego público efetivo. Por fim, em novembro de 2010, estabeleceu-se no comércio, abrindo um restaurante.

Assinale a alternativa que indica o momento em que se deu a cessação da incapacidade civil de Gustavo.

- a) No momento em que iniciou o exercício de emprego público efetivo.
- b) No momento em que colou grau em curso de ensino médio.
- c) No momento em que contraiu matrimônio.
- d) No momento em que se estabeleceu no comércio, abrindo um restaurante.

27. Analise as assertivas abaixo

I - Os poderes de representação, por serem de natureza pública, conferem-se apenas por lei.

II - O negócio jurídico celebrado pelo representante consigo mesmo é nulo, ainda que a lei ou o representado permitam.

III - Se o representante substabelece os poderes de representação para contratar com o substabelecido, tem-se que o negócio jurídico foi celebrado consigo mesmo, e por isso, anulável.

IV - Os negócios jurídicos em algumas circunstâncias precisam ser interpretados conforme a boa-fé e os usos do lugar de sua celebração.

Marque a opção CORRETA:

- A) Todas são falsas;
- B) Apenas a opção III é verdadeira;
- C) Duas são verdadeiras e duas são falsas;
- D) Apenas as opções III e IV são verdadeiras.

28. Assinale a alternativa incorreta.

- A) As dívidas decorrentes de prática de jogo não proibido não obrigam o pagamento.
- B) Na obrigação de dar, se houver perda da coisa, sem culpa do devedor, antes da tradição, fica resolvida a obrigação para ambas as partes.
- C) Na obrigação de dar, se houver deterioração da coisa, antes da entrega, não sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação ou, alternativamente, aceitar a coisa, abatido de seu preço o valor que perdeu.
- D) Nas obrigações facultativas a perda ou deterioração do bem principal por culpa do devedor

faz com que a obrigação recaia sobre o outro bem, além de incidir perdas e danos.

29. Quanto aos contratos, observe as proposições abaixo e ao final responda a alternativa que contenha proposituras corretas:

I. A proposta obriga o proponente, se o contrário não resultar dos termos dela, da natureza do negócio, ou das circunstâncias do caso.

II. É obrigatória, se feita sem prazo a pessoa ausente e tiver decorrido tempo suficiente para chegar a resposta ao conhecimento do proponente.

III. A coisa recebida em virtude de contrato comutativo não pode ser enjeitada por vícios ou defeitos ocultos, que apenas lhe diminuem o valor.

IV. O contrato preliminar deve conter todos os requisitos essenciais ao contrato a ser celebrado, inclusive quanto à forma.

V. A evicção subsiste mesmo na aquisição que se tenha realizada em hasta pública.

Está correta a alternativa:

- A) I e V.
- B) II e IV.
- C) III e V.
- D) I e III

30. Em relação às obrigações, observe as proposições abaixo e responda a alternativa que contenha proposituras corretas:

I. A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela que foram mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias.

II. Deteriorada a coisa, sendo o devedor culpado, poderá o credor resolver a obrigação, ou aceitar a coisa abatido de seu preço o valor que perdeu.

III. Nas obrigações negativas o devedor é havido por inadimplente desde o dia que executou o ato de que se devia abster.

IV. A diferença de causa nas dívidas não impede a compensação, exceto, por hipótese, se uma for de coisa não suscetível de penhora.

V. Obrigando-se por terceiro, uma pessoa pode compensar esta dívida com o que o credor dele lhe dever.

Está correta a alternativa:

- a) III e IV.
- b) II e III
- c) IV e V.
- d) I e V

31. É correto afirmar que a doação feita a nascituro

a) deve ser considerada nula tanto nos casos de natimorto como nos casos de nascimento com deficiência mental.

b) deve ser considerada inexistente no caso de natimorto e nula nos casos de nascimento com vida, ainda que haja aceitação por seu representante legal.

c) é nula de pleno direito, já que a personalidade civil começa apenas com o nascimento com vida,

independentemente de aceitação por seu representante legal.

d) desde que seja aceita por seu representante legal, é válida, ficando, porém, sujeita a condição, qual seja, o nascimento com vida.

32. Quanto aos elementos do contrato de compra e venda, é correto afirmar:

a) A fixação do preço não pode ser feita em função dos índices e parâmetros, ainda que suscetíveis de objetiva determinação;

b) O preço corrente nas vendas habituais do vendedor é critério válido de atribuição do preço, quando a venda for feita sem fixação do preço ou de critérios válidos para sua determinação e não houver tabelamento oficial para o objeto do contrato;

c) O bem de família pode ser objeto de contrato de compra e venda;

d) A fixação do preço poderá ser deixada para uma das partes, bem como ser atribuída a um terceiro. No segundo caso, se o terceiro não aceitar a incumbência caberá ao juiz fixá-lo.

33. Sobre as cláusulas especiais do contrato de compra e venda marque a alternativa INCORRETA:

a) Na retrovenda, o vendedor de coisa imóvel pode reservar-se o direito de recobrá-la no prazo máximo de decadência de três anos, restituindo o preço recebido e reembolsando as despesas do comprador;

b) A cláusula de preferência, impõe ao comprador a obrigação de oferecer ao vendedor a coisa que aquele vai vender, ou dar em pagamento, para que este use de seu direito de prelação na compra, tanto por tanto;

c) A cláusula de venda com reserva de domínio, permite que o vendedor reserve para si a posse de coisa móvel ou imóvel, até que o preço esteja integralmente pago,

d) O direito de preferência não se pode ceder nem passa aos herdeiros.

34. Assinale a alternativa correta.

a) O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio se sobreviver ao donatário, prevalecendo tal estipulação em favor de terceiro.

b) É nula a doação com estipulação de cláusula de reversão em favor do doador, se este sobreviver ao donatário, por configurar-se doação a retorno.

c) O doador pode estipular que os bens doados voltem ao seu patrimônio se sobreviver ao donatário, não prevalecendo tal estipulação em favor de terceiro.

d) O doador poderá inserir cláusula estipulando que os bens doados voltem ao seu patrimônio, se sobreviver ao donatário, hipótese em que se terá doação sob condição suspensiva.

Sociologia Geral e Jurídica

35. As relações de gênero assumem formas diferentes em diferentes sociedades, períodos históricos, grupos étnicos, classes sociais e gerações. Não obstante, têm em comum a diferenciação entre homens e mulheres, apesar da imensa variabilidade social da natureza da

diferença. Um aspecto muito comum é que a diferença de gêneros se associa à desigualdade de gênero, com homens exercendo poder sobre as mulheres — alguns afirmam que universalmente, outros que quase universalmente. (Sylvia Walby. Gênero. In: William Outhwaite e Tom Bottomore (Ed.). Dicionário do pensamento social do século XX. Trad. Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 332.)

O termo sociológico utilizado para conceituar a desigualdade estrutural de gênero em nossa sociedade é:

- A) feminismo.
- B) homofobia.
- C) patriarcado.
- D) paternalismo

36. Quando desempenho meus deveres de irmão, de esposo ou de cidadão, quando me desincumbo de encargos que contraí, pratico deveres que estão definidos fora de mim e de meus atos, no direito e nos costumes. Mesmo estando de acordo com sentimentos que me são próprios, sentindo-lhes interiormente a realidade, esta não deixa de ser objetiva; pois não fui eu quem os criou, mas recebi-os por meio da educação. Assim, também o devoto, ao nascer, encontra prontas as crenças e as práticas da vida religiosa; o sistema de sinais de que me sirvo para exprimir pensamentos; o sistema de moedas que emprego para pagar dívidas; os instrumentos de crédito que utilizo nas relações comerciais; as práticas seguidas na profissão etc., etc., funcionam independentemente do uso que delas faço. Tais afirmações podem ser estendidas a cada um dos membros de que é composta uma sociedade, tomados uns após outros. Estamos, pois, diante de maneiras de agir, de pensar e de sentir que apresentam a propriedade marcante de existir fora das consciências individuais. Esses tipos de conduta ou de pensamento não são apenas exteriores ao indivíduo, são também dotados de um poder imperativo e coercitivo, em virtude do qual se lhe impõem, quer queira, quer não. (Émile Durkheim. As regras do método sociológico. José Albertino Rodrigues (Org.). Trad. Laura Natal Rodrigues. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1984, p. 1-2 (com adaptações))

No segmento de texto acima, Durkheim trata, sobretudo,

- A) da anomia social.
- B) da solidariedade social.
- C) da consciência coletiva.
- D) do fato social.

37. Nos anos recentes, a noção de exclusão social tem sido utilizada como um conceito teórico pelas ciências sociais e como uma categoria empírica pelos movimentos sociais e na gestão pública. Embora não haja consenso sobre o conceito de exclusão, há alguns aspectos frequentemente lembrados a esse respeito: ruptura de laços

sociais; precária inserção no mundo do trabalho e baixas condições de qualidade de vida; frágil incorporação dos direitos de cidadania. Considerando como válidos esses aspectos, é correto afirmar que haverá exclusão social quando houver

- I - relações de conflito em uma sociedade.
- II - trabalho infantil.
- III - trabalho para todos, mas com remuneração diferenciada.
- IV - falta de saneamento básico em algumas comunidades.
- V - baixo índice de eleitoras mulheres.

Estão certos apenas os itens

- A) I, II e III.
- B) I, III e IV.
- C) I, IV e V.
- D) II, IV e V.

Direito Penal

38. Assinale a alternativa CORRETA - A missão do Direito Penal está relacionada aos fatores abaixo relacionados, exceto:

- a) Princípio da exclusiva proteção a bens jurídicos.
- b) Princípio da insignificância do valor do bem.
- c) Princípio da intervenção mínima.
- d) Necessidade e Suficiência da pena.

39. Assinale a alternativa CORRETA - A aplicação do perdão judicial está sujeita à complementação:

- a) Apenas normativa.
- b) Apenas valorativa.
- c) Normativa e Valorativa.
- d) Homovitelina e Heterovitelina.

40. Assinale a alternativa INCORRETA. A expressão: "A lei penal incriminadora alcançará fatos praticados antes de sua entrada em vigor, inclusive aqueles decididos por sentença transitada em julgado", nos revela:

- a) Princípio da retroatividade.
- b) Princípio da ultratividade.
- c) A previsão legal do art. 2º do Código Penal.
- d) Extratividade da lei penal incriminadora.

41. De acordo com as assertivas de I a IV, assinale a alternativa INCORRETA:

- I - Só se pode atribuir penalidade ao agente que não podia agir de outro modo.
- II - A norma penal é imperativa pois não importam as circunstâncias da conduta, o autor responderá por ela.
- III - A norma penal incriminadora será permissiva quando autorizam a prática do fato previsto na lei.
- IV - O complemento normativo heterovitelino da lei penal incompleta ou em branco pode ocorrer apenas na hipótese do complemento homogêneo.

- a) As assertivas I e IV são verdadeiras.
- b) A assertiva III é falsa.
- c) A assertiva II é verdadeira e a assertiva III é falsa.
- d) A assertiva I é falsa e a assertiva IV é verdadeira.

42. Se a norma penal incriminadora é aplicada a fatos cometidos durante a sua vigência, há a possibilidade da ocorrência dos seguintes fenômenos penais, exceto:

- a) Princípio da ultratividade.
- b) Extratividade.
- c) "Tempus regit actum"
- d) Princípio da retroatividade.

43. Aponte a afirmação certa.

- a) Na fixação da pena de multa, o juiz deve atender, principalmente, à situação econômica do réu.
- b) A multa não pode ser aumentada até o triplo, se o juiz considerar que, em virtude da situação econômica do réu, é ineficaz, embora aplicada no máximo.
- c) A pena privativa de liberdade não superior a 6 meses não pode ser substituída pela de multa.
- d) Ao fixar a pena de multa, o juiz deve ter em mente o crime praticado pelo réu, com vistas a majorá-la ou não.

44. O preso pode freqüentar curso de nível superior?

- a) Depende. O preso só pode freqüentar cursos compatíveis com o crime por ele praticado.
- b) Não. Em nenhuma hipótese o preso pode freqüentar curso de nível superior, por ser incompatível com o regime de abstinência de liberdade.
- c) Sim. O preso conserva todos os direitos não atingidos pela perda da liberdade, impondo-se a todas as autoridades o respeito à sua integridade física e moral.
- d) Não. A freqüência a cursos de nível superior fica subordinada à plena liberdade do sentenciado.

45. Sobre o regime inicial de cumprimento de pena, marque a alternativa CORRETA:

- A) É possível a imposição do regime fechado para o início do cumprimento de pena ao condenado à pena de detenção.
- B) A gravidade do crime em abstrato, por si só, não se presta a adoção de regime inicial diverso do sugerido em lei.
- C) A circunstância agravante da reincidência não guarda correlação com a estipulação do regime inicial para o cumprimento da pena.
- D) Ao condenado à prisão simples, pela prática de contravenção penal, é vedada, regra geral, a adoção do regime inicialmente fechado, o que, todavia, poderá ocorrer excepcionalmente, desde que devidamente fundamentado pelo juiz.

46. Podem obter autorização de saída temporária os:

- A) Condenados que cumpram pena em regime semiaberto
- B) Presos provisórios e os condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto
- C) presos provisórios e os condenados que cumpram pena em regime semiaberto
- D) Condenados que cumpram pena em regime fechado ou semiaberto;

47. Um sujeito é condenado por crime contra a Administração Pública à pena de nove anos de reclusão, em regime fechado. Depois de cumprir três anos da pena, ele requer progressão de regime de cumprimento. Como deve agir o Magistrado diante de tal pleito?

- A) Indeferir o pedido, pois houve apenas o cumprimento de 1/3 (um terço) da pena, o que não autoriza a progressão.
- B) Verificar, primeiramente, se o réu condenado reparou o dano que causou ou devolveu o produto do crime, com os acréscimos legais, e condicional tal circunstância a possibilidade de progressão.
- C) Indeferir a pretensão, porque os crimes contra a Administração Pública exigem o cumprimento integral da pena no regime fechado.
- D) Indeferir o pedido, porque os crimes contra a Administração Pública são considerados hediondos e fazem parte do rol dos delitos que tipificam a lavagem de dinheiro, cuja pena deve ser cumprida inteiramente no regime fechado, inviabilizando a progressão.

Teoria Geral do Processo

48. Considere as afirmativas:

- I – Não se exercita a jurisdição para responder questões abstratas e puramente teóricas, sendo necessário que a parte tenha interesse de agir.
- II- O interesse do Autor pode limitar-se à declaração de existência ou inexistência de relação jurídica.
- III – ninguém poderá pleitear, em nome próprio, direito alheio, salvo quando autorizado por lei.
- IV – O juiz poderá prestar tutela jurisdicional, independentemente de requerimento da parte ou do interessado.

Está correto apenas

- a) I, II e III
- b) I, II, IV
- c) II e III
- d) III e IV

49. Assinale o item incorreto:

- A) a competência em razão da matéria é relativa, pois caso um juiz trabalhista absolva um réu em matéria criminal, essa decisão não poderá ser modificada.
- B) o conceito de domicílio está estampado no Código Civil, podendo ser voluntário ou legal.
- C) se o domicílio do réu for incerto ou desconhecido, a demanda poderá ser proposta no local onde ele for encontrado ou no domicílio do autor.
- D) a competência em razão da matéria é absoluta, pois caso um juiz trabalhista condene um réu em matéria criminal, essa decisão poderá ser modificada.

50. O princípio dispositivo, também denominado de Princípio da Inércia da jurisdição, significa que:

- A) Nenhum Juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e formas legais.
- B) Caberá ao Juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.
- C) O Juiz conhecerá de ofício, a qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida sentença de mérito, das questões de ordem pública.
- D) Cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial.

51. A respeito da jurisdição, do processo e da ação, é correto afirmar que:

- a) a jurisdição, contenciosa ou voluntária, se caracteriza pela substitutividade, pela lide e pela definitividade.
- b) as condições da ação são três: possibilidade jurídica do pedido, interesse processual e capacidade processual; a ausência de uma delas enseja a extinção do processo com julgamento do mérito.
- c) os elementos da ação são partes, pedido e causa de pedir, havendo litispendência quando proposta ação idêntica a outra já extinta e coisa julgada quando duas ações idênticas correm simultaneamente .
- d) há legitimidade ordinária quando alguém está em juízo em nome próprio para a defesa de direito próprio; substituição processual quando alguém está em juízo em nome próprio para a defesa de direito alheio; representação quando alguém está em juízo em nome alheio para a defesa de direito alheio.

52. Assinale a alternativa correta:

- I. A nulidade de cláusula de eleição do foro, mesmo em contrato de adesão, não pode ser declarada de ofício pelo juiz, por tratar-se de competência em razão do território e portanto relativa. A única exceção, em tema de competência relativa, a permitir a manifestação do juiz sem provocação da parte é a hipótese de ações fundadas em direito real sobre imóveis, em que a competência será sempre do foro da situação da coisa.
- II. O indeferimento liminar da petição inicial por inadequação de procedimento sem que se dê oportunidade ao autor para emenda da inicial caracteriza cerceamento de jurisdição. Apenas se sanável o vício ou irregularidade é que o juiz deve dar oportunidade ao autor para emendar a inicial. O juiz deve intimá-lo para que emende a inicial no prazo de 10 (dez) dias e apenas depois dessa providência, no silêncio do autor, é que o juiz indefere a inicial.
- III. Os fundamentos de fato compõem a causa de pedir remota: é o que mediatamente autoriza o pedido; é o direito, o título; os fundamentos jurídicos compõem a causa de pedir próxima: é o inadimplemento, a ameaça ou a violação do direito.
- IV. O rótulo que se dá à causa é irrelevante perante a ciência processual. Não tem importância a indicação do nomen juris uma vez que a qualificação jurídica que emana da argumentação encetada pelo autor não

tem o condão de pré-fixar a atuação judicial quanto ao direito aplicável.

- a) Todas as proposições estão corretas.
- b) Somente as proposições II e IV estão corretas.
- c) Somente a proposição II está correta.
- d) Somente as proposições I e IV estão corretas.

53. Jair, domiciliado em Campinas, ajuizou ação divisória contra Sebastião, domiciliado em Jundiá, postulando a partilha de bem imóvel situado em Itapira, que foi alienado, em parte, de Sebastião para Jair, os quais passaram a ser condôminos. Na petição inicial, anexou matrícula atualizada e o contrato celebrado entre as partes, no qual se pactuou cláusula de eleição do foro de Vinhedo. A ação foi proposta em Vinhedo e Sebastião apresentou exceção de incompetência postulando a remessa dos autos a Jundiá. Está com a razão

- a) nenhum dos dois, pois, nas ações fundadas em direito real sobre imóvel, em regra é competente o foro da situação do bem, podendo o autor, como exceção, optar pelo foro eleito, mas não na situação descrita.
- b) nenhum dos dois, pois, nas ações fundadas em direito real sobre imóvel, é competente o foro do domicílio do autor.
- c) Sebastião, tendo em vista a regra geral de que as ações devem ser propostas no foro do domicílio do réu.
- d) Jair, pois, embora as ações fundadas em direito real sobre imóvel devam ser propostas no foro da situação do bem, como regra, pode o autor, como exceção, optar pelo foro eleito, o que se dá na situação descrita.

54. Se alguma das condições da ação não for atendida, o processo

- a) é nulo, não havendo formação de coisa julgada de nenhuma espécie.
- b) será julgado com resolução do mérito, formando coisa julgada material.
- c) será julgado extinto sem resolução do mérito, acarretando coisa julgada formal.
- d) será julgado extinto sem resolução do mérito, formando coisa julgada material.

55. “A jurisdição é uma das funções do Estado, que visa a resolver um litígio posto à sua apreciação, a partir da aplicação da vontade objetiva do direito”. No que tange aos princípios inerentes à jurisdição, aquele segundo o qual ninguém será processado nem sentenciado, senão pela autoridade competente, sendo proibida a criação de juízo ou tribunal de exceção, chama-se Princípio:

- a) da indelegabilidade.
- b) da investidura.
- c) do juiz natural.
- d) da inevitabilidade.

56. A jurisdição divide-se em comum e especial. A jurisdição especial compreende

- a) militar, trabalhista e eleitoral.
- b) militar, civil e penal.
- c) estatal, privada e eleitoral.
- d) arbitragem, trabalhista e civil.

57. Sobre jurisdição e ação, aponte a alternativa correta:

- a) Pelo princípio da aderência os juízes e tribunais exercem a atividade jurisdicional apenas no território nacional. Essa atividade é repartida de acordo com as regras de competência.
- b) A jurisdição voluntária, também denominada pela doutrina de jurisdição contenciosa, é forma de administração pública de interesses privados.
- c) Instituído juízo arbitral por convenção de arbitragem celebrada entre as partes, embora o árbitro seja juiz de fato e de direito, sua sentença se submete a recurso e precisa ser homologada pelo Poder Judiciário – detentor do monopólio da jurisdição – para ter força de coisa julgada material.
- d) Na jurisdição voluntária há processo e lide, embora não haja partes, mas interessados. Não incide o princípio dispositivo, mas o inquisitório. Não prevalece o princípio da legalidade estrita, pois o juiz pode decidir por equidade.

Meios Alternativos de Resolução de Conflitos

58. A mediação é um meio alternativo de resolução de conflitos que pode ser classificada como:

- a) Compositivo e judicial, afinal o Magistrado ao mediar irá compor da melhor forma a solução do conflito;
- b) Compositivo e adversarial, tendo em vista que, muito embora as partes pretendem compor, são adversários em potencial;
- c) Hetercompositivo e extrajudicial, afinal o mediador facilitará o diálogo ao impor uma decisão para o conflito;
- d) Compositivo e extrajudicial, pois o mediador atuará fora do ambiente judicial, auxiliando, pelo diálogo, as partes a chegarem em um acordo satisfatório.

59. Assinale a alternativa correta:

- a) o mediador pode ficar distante da realidade posta, afinal de contas, o conflito não diz respeito a sua pessoa;
- b) o mediador não precisa conhecer bem a relação havida entre os litigantes;
- c) o mediador deve ser imparcial;
- d) a atuação do mediador é um verdadeiro não poder.

60. Com base na Lei 9.307, de 23 de setembro de 1996, que instituiu a arbitragem no Brasil, assinale a alternativa correta:

- a) A decisão do árbitro ou dos árbitros será expressa em documento escrito;
- b) a parte que pretender arguir questões relativas à competência, suspeição ou impedimento do árbitro ou dos árbitros, bem como nulidade, invalidade ou

ineficácia da convenção de arbitragem, poderá fazê-lo a qualquer tempo, desde que após a instituição da arbitragem;

c) a sentença arbitral produz, entre as partes e seus sucessores, os mesmos efeitos da sentença proferida pelos órgãos do Poder Judiciário, porém, mesmo sendo condenatória, não constitui título executivo;

d) o lugar em que será proferida a sentença arbitral não constará, obrigatoriamente, no compromisso arbitral.

61. A decisão de submeter uma controvérsia à arbitragem é normalmente feita pelas partes em uma relação jurídica por meio da chamada “_____”, constante de contrato ou de documento à parte, prévios ao eventual litígio, que normalmente define os poderes dos árbitros, o procedimento da arbitragem e outras questões relevantes.

O texto acima apresenta um espaço lacunar. Leia-o atentamente, e marque a alternativa que o completa corretamente:

- a) Cláusula de abertura;
- b) Cláusula Compromissória;
- c) Cláusula extrajudicial;
- d) Cláusula Pactual.

62. São causas de nulidade da sentença arbitral, salvo:

- a) for nulo o compromisso;
- b) emanou de quem não podia ser árbitro;
- c) for proferida fora dos limites da convenção de arbitragem;
- d) não decidir o processo arbitral em seis meses;

Direito do Trabalho

63.



A respeito das diárias, assinale a alternativa incorreta:

- A) A ajuda de custo tem natureza jurídica indenizatória, porque se destina a indenizar despesas de viagem.
- B) Se incluem nos salários as ajudas de custo, assim como as diárias para viagem que não excedam de 50% (cinquenta por cento) do salário percebido pelo empregado.
- C) Integram o salário, pelo seu valor total e para efeitos indenizatórios, as diárias de viagem que

excedam a 50% (cinquenta por cento) do salário do empregado, enquanto perdurarem as viagens.

D) Ainda que as diárias ultrapassem os 50% do salário do empregado, elas perderão a natureza salarial se o empregador exigir a prestação de contas. Isso porque a parcela passará a assumir a feição indenizatória, já que o empregado terá de restituir as parcelas pagas a maior.

64. Considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa incorreta:

A) Descontos salariais efetuados pelo empregador, com a autorização prévia e por escrito do empregado, para ser integrado em planos de assistência odontológica, médico-hospitalar, de seguro, de previdência privada, ou de entidade cooperativa, cultural ou recreativo-associativa de seus trabalhadores, em seu benefício e de seus dependentes, não afrontam o disposto no art. 462 da CLT, salvo se ficar demonstrada a existência de coação ou de outro defeito que vicie o ato jurídico.

B) É inválida cláusula de acordo ou convenção coletiva de trabalho contemplando a supressão ou redução do intervalo intrajornada porque este constitui medida de higiene, saúde e segurança do trabalho, garantido por norma de ordem pública (art. 71 da CLT e art. 7º, XXII, da CF/1988), infenso à negociação coletiva.

C) Ultrapassada habitualmente a jornada de 6 horas de trabalho, é devido o gozo do intervalo intrajornada mínimo de uma hora, obrigando o empregador a remunerar o período para descanso e alimentação não usufruído como extra, acrescido do respectivo adicional, na forma prevista no art. 71, caput e §4º da CLT.

D) O trabalho em regime de turnos ininterruptos de revezamento retira o direito à hora noturna reduzida, pois existe incompatibilidade entre as disposições contidas nos arts. 73, § 1º, da CLT e 7º, XIV, da Constituição Federal.

65. A respeito das horas in itinere, e considerando a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a assertiva incorreta:

A) O tempo despendido pelo empregado, em condução fornecida pelo empregador, até o local de trabalho de difícil acesso, ou não servido por transporte público regular, e para o seu retorno é computável na jornada de trabalho.

B) A incompatibilidade entre os horários de início e término da jornada do empregado e os do transporte público regular é circunstância que também gera o direito às horas in itinere.

C) A mera insuficiência de transporte público é suficiente para ensejar o pagamento de horas in itinere.

D) Considerando que as horas in itinere são computáveis na jornada de trabalho, o tempo que extrapola a jornada legal é considerado como extraordinário e sobre ele deve incidir o adicional respectivo.

66. O inciso XV do art. 7º da CF/88 garante aos trabalhadores direito ao repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos. Considerando as normas aplicáveis ao Direito do Trabalho e a jurisprudência consolidada do Tribunal Superior do Trabalho, assinale a alternativa incorreta.

- A) Viola o art. 7º, XV, da CF a concessão de repouso semanal remunerado após o sétimo dia consecutivo de trabalho, importando no seu pagamento em dobro.
- B) O descanso semanal remunerado tem natureza jurídica de suspensão do contrato de trabalho.
- C) O direito alcança os trabalhadores urbanos, rurais e avulsos, bem como os empregados domésticos.
- D) Ainda que o trabalho aos domingos seja autorizado nas atividades do comércio em geral, observada a legislação municipal, nos termos do art. 30, inciso I, da Constituição Federal, o repouso semanal remunerado deverá coincidir, pelo menos uma vez no período máximo de três semanas, com o domingo, respeitadas as demais normas de proteção ao trabalho e outras a serem estipuladas em negociação coletiva.

67. Calçados Mundial S.A. contratou duas empresas distintas para a prestação de serviços de limpeza e conservação nas suas instalações. Maria é empregada de uma das terceirizadas, exerce a função de auxiliar de limpeza e ganha salário de R\$ 1.150,00. Celso é empregado da outra terceirizada, exerce a mesma função que Maria, trabalha no mesmo local, e ganha R\$ 1.020,00 mensais.

A partir do caso apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) Celso poderá requerer o mesmo salário que Maria, pois na hipótese pode-se falar em empregador único.
- B) Impossível a equiparação salarial, mas se outro direito for violado, a empresa tomadora dos serviços terá responsabilidade solidária.
- C) Viável a equiparação desde que Maria e Celso trabalhem no mínimo dois anos nas instalações do tomador dos serviços.
- D) Não será possível a equiparação salarial entre Maria e Celso porque os respectivos empregadores são diferentes.

68. Uma grande empreiteira vence a licitação para construção de uma hidrelétrica, mas, tendo dificuldade em arrematar trabalhadores em razão da distância até o canteiro de obras, resolve contratar estrangeiros em situação irregular no país, inclusive porque eles concordaram em não ter a carteira profissional assinada e receber valor inferior ao piso da categoria.

A contratação, na hipótese apresentada, contempla um caso de

- A) trabalho proibido.
- B) trabalho ilícito.
- C) trabalho escravo.
- D) trabalho válido

69. Assinale a alternativa em que há, incontroversamente, responsabilidade solidária no âmbito trabalhista.

- A) No contrato de empreitada, em relação ao dono da obra, quanto aos créditos dos empregados do empreiteiro.
- B) No contrato de terceirização lícita, em relação ao tomador dos serviços, quanto aos créditos dos empregados da prestadora dos serviços.
- C) Das partes vencidas nos dissídios coletivos, pelo valor das custas.
- D) No contrato temporário, em relação ao tomador ou cliente, caso a empresa de trabalho temporário tenha a recuperação judicial deferida.

70. De acordo com o entendimento consolidado da jurisprudência, a mudança de regime jurídico do empregado celetista para estatutário

- A) não gera alteração no contrato de trabalho, que permanece intacto.
- B) gera a suspensão do contrato de trabalho pelo período de três anos, prazo necessário para que o servidor público adquira estabilidade.
- C) gera extinção do contrato de trabalho, iniciando-se o prazo prescricional da alteração.
- D) não gera alteração no contrato de trabalho, mesmo porque o empregado não é obrigado a aceitar a alteração de regime jurídico.

71. Buscando profissionais experientes para manusear equipamentos de alta tecnologia e custo extremamente elevado, uma empresa anuncia a existência de vagas para candidatos que possuam dois anos de experiência prévia em determinada atividade. A partir da hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- A) A manifestação é inválida porque o máximo de experiência que pode ser exigida é de seis meses.
- B) A manifestação é inválida, pois o empregador não tem o direito de exigir experiência pretérita do candidato a emprego.
- C) A manifestação é inválida porque o máximo de experiência que pode ser exigida é de um ano.
- D) A manifestação é válida, em razão do valor do equipamento, visando à proteção do patrimônio do empregador.

72. Maria foi contratada pela empresa Bolos S.A. para exercer a função de copeira, cumprindo jornada de trabalho de segunda à sexta-feira das 13:00 h às 17:00 h, sem intervalo alimentar. Decorridos dois anos do início do pacto contratual, foi a empregada dispensada, recebendo as parcelas da ruptura. Contudo, inconformada porque jamais lhe foi permitido usufruir de intervalo para descanso e alimentação, Maria ajuíza reclamação trabalhista postulando o pagamento do período correspondente ao intervalo alimentar não concedido.

Diante da hipótese relatada, assinale a afirmativa correta.

A) A ex-empregada faz jus ao pagamento de uma hora extraordinária diária, haja vista a supressão do intervalo intrajornada, na forma do Art. 71, § 4º, da CLT.

B) A ex-empregada faz jus ao pagamento de apenas 15 minutos diários a título de horas extraordinárias, haja vista a supressão do intervalo intrajornada, na forma do Art. 71, § 4º, da CLT.

C) A ex-empregada não faz jus ao pagamento de horas extraordinárias, porquanto diante da carga horária cumprida, não lhe era assegurada a fruição de intervalo intrajornada.

D) A ex-empregada faz jus ao pagamento de indenização correspondente ao valor de uma hora extraordinária diária, haja vista a supressão do intervalo intrajornada.

Filosofia Política

73. "Os filósofos que examinaram os fundamentos da sociedade sentiram todos a necessidade de voltar até o estado de natureza, mas nenhum deles chegou até lá." (Rousseau, Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens.) Sobre a descrição rousseauiana de estado de natureza no Discurso sobre a Origem e os Fundamentos da Desigualdade entre os Homens é CORRETO afirmar que:

A) O estado de natureza corresponde ao período inicial da criação do mundo, conforme encontramos no texto Bíblico, uma importante referência teórica para Rousseau.

B) O estado de natureza corresponde ao estágio de desenvolvimento dos índios da América do Sul dos séculos XVII e XVIII, conforme atestam as pesquisas científicas da época de Rousseau.

C) O estado de natureza rousseauiano tem como fundamento os estudos de Hobbes e Locke, pensadores que inspiraram Rousseau e ofereceram bases filosóficas para a elaboração da sua teoria do estado de natureza.

D) O estado de natureza é uma construção hipotética, uma criação do próprio autor que não se encontra fundada em fatos e em pesquisas científicas.

74. Na terceira parte da Apologia de Sócrates há a seguinte afirmação: "é possível que tenhais acreditado, ó cidadãos, que eu tenha sido condenado por pobreza de raciocínios, com os quais eu poderia vos persuadir, se eu tivesse acreditado que era preciso dizer e fazer tudo para evitar a condenação. Mas não é assim. Cai por falta, não de raciocínios, mas de audácia e imprudência, e não por querer dizer-vos coisas tais que vos teriam sido gratíssimas de ouvir, choramingando, lamentando e fazendo e dizendo muitas outras coisas indignas, as quais, é certo, estais habituados a ouvir de outros". Considerando esta passagem, já sendo a transcrição de suas últimas palavras, é possível afirmar que Sócrates:

A) Lamenta sua fraqueza argumentativa perante a quantidade de pessoas que o condenou.

B) Ressalta a preocupação de seu discurso com a verdade e não com elegante retórica, como os pretensos "sábios" o faziam.

C) Reconhece sua dificuldade de elaborar um discurso persuasivo, mesmo com todo seu esforço para isso.

D) Desculpa-se por decepcionar tantos admiradores e os aconselha a não empregar seus recursos argumentativos.

75. Bobbio, pra anos ensinar das duas liberdades kantianas, nos ensina que "na linguagem política há dois modos predominantes de se entender a palavra "liberdade". Assim, para ele, a palavra Liberdade significa, "significa, ora a faculdade de cumprir ou não certas ações, sem o impedimento dos outros que comigo convivem, ou da sociedade, como complexo orgânico, ou mais simplesmente, do poder estatal; ora o poder de não obedecer a outras normas além daquelas que eu mesmo me impus.

A afirmação nos leva ao conceito de que:

A) "Estado liberal" é aquele no qual a ingerência do poder público é o mais restrito possível; "democrático", aquele no qual são mais numerosos os órgãos de autogoverno.

B) "Estado democrático" é aquele no qual a ingerência do poder público é o mais restrito possível; "liberal", aquele no qual são mais numerosos os órgãos de autogoverno.

C) "Estado liberal" é aquele no qual se fundem as duas premissas anteriores.

D) "Estado democrático" é aquele onde se fundem as duas premissas anteriores.

76. De acordo com Bobbio, "para Marx, o Estado é o reino não da razão, mas da força. Não é o reino do bem comum, mas do interesse de uma parte. Não tem por fim o bem viver de todos, mas o bem viver daqueles que detém o poder. Não é a saída do estado de natureza, mas a sua continuação de outra forma". Bobbio ensina ainda que para Marx "a saída do estado de natureza coincidirá com o fim do Estado e daí a tendência a considerar todo Estado uma ditadura e a considerar relevante apenas o problema de quem governa (a burguesia ou o proletariado) e não como governa. Bobbio também leciona que "ainda que não completamente elaborada, existe portanto, em Marx, uma teoria das formas de governo". Pelo enunciado temos que:

A) Segundo Bobbio, a doutrina marxista pertence ao gênero das doutrinas realistas; Marx elaborou uma teoria sobre as formas de governo embora que não concluída, e ainda que entenda ser o Estado desnecessário.

B) Em Marx, o Estado é desnecessário e sua doutrina pertence ao gênero das doutrinas idealistas;

C) Em Marx o Estado é necessário enquanto instrumento de transição para a sociedade sem Estado e sua doutrina pertence ao gênero das doutrinas idealistas.

D) Em Marx, o estado de natureza é o estado ideal de sociedade.

77. Sobre a regra da maioria na Democracia, Bobbio ensina que: “Não obstante a opinião comum de que um sistema democrático, comparado aos sistemas autocráticos, seja caracterizado pela regra da maioria, como se democracia e princípio majoritário fossem dois conceitos da mesma extensão e, portanto coincidentes, não é verdade que:

- A) Apenas nos sistemas democráticos vigore a regra da maioria.
- B) Quando, na tripartição clássica das formas de governo, a democracia é definida como governo da maioria em oposição à oligarquia e à monarquia, o que se quer dizer é que o poder político está nas mãos dos mais e dos muitos em oposição ao poder de um só ou de poucos, significando em absoluto que o poder político seja exercido mediante a aplicação da regra da maioria.
- C) Quando, na tripartição clássica das formas de governo, a democracia é definida como governo da maioria em oposição à oligarquia e à monarquias, o que se quer dizer é que o poder político está nas mãos dos um só ou poucos em oposição ao poder de muitos, significando em absoluto que o poder político seja exercido mediante a aplicação da regra da maioria apenas na democracia.
- D) Apenas nos sistemas democráticos vigore a regra da maioria e que neles as decisões coletivas sejam tomadas apenas mediante a regra da maioria.

Direito Ambiental

78. Acerca da repartição de competências em matéria ambiental, assinale a opção correta:

- A) Se o Município cuja principal atividade econômica seja a pesca estabelecer, mediante lei, regras sobre a captura e o transporte do pescado em sua área, tais normas não serão válidas, uma vez que o dispositivo constitucional não prevê para os Municípios competência para tal. Nesse caso, devem ser aplicados apenas os textos federais e estaduais que disciplinam a matéria.
- B) Tendo sido o Parque Nacional do Iguaçu, no Paraná, criado por decreto federal (Decreto-lei 1.035/39), não pode a prefeitura do Município de localização desse parque estabelecer medidas de preservação ambiental na área do parque, atribuição inserida na competência material exclusiva da União.
- C) A pesquisa e a lavra de recursos minerais e o aproveitamento de energia hidráulica constituem atividades da esfera de competência da União. Assim, uma vez que os recursos minerais pertencem a esse ente federativo, e não ao proprietário do solo, cabe à Administração federal autorizar sua exploração.
- D) É competência privativa da União a proteção, por meio do IPHAN, dos documentos, das obras e de outros bens de valor histórico, artístico e cultural, dos monumentos, das paisagens naturais notáveis e dos sítios arqueológicos.

79. Técnicos do IBAMA, autarquia federal, verificaram que determinada unidade industrial, licenciado pelo Estado no qual está localizada, está causando degradação ambiental significativa,

vindo a lavrar auto de infração pelos danos cometidos. Com base nas normas da Lei Complementar 140/2011, assinale a alternativa correta:

- A) Há irregularidade no licenciamento ambiental, uma vez que em se tratando de atividade que cause degradação ambiental significativa, o mesmo deveria ser realizado pela União.
- B) É ilegal a fiscalização realizada pelo IBAMA que só pode exercer poder de polícia de atividades licenciadas pela União.
- C) É possível a fiscalização do IBAMA que pode inclusive lavrar auto de infração, que, porém, não prevalecerá caso o órgão estadual de fiscalização também lavre auto de infração.
- D) Cabe somente à União, no exercício da competência de fiscalização, adotar medidas para evitar danos ambientais iminentes.

80. Relativamente aos princípios gerais do direito ambiental e a suas formas de materialização, assinale a opção correta.

- A) Em decorrência do princípio da prevenção, o empreendedor deve apresentar ao poder público estudo prévio de impacto ambiental referente a qualquer atividade que implique a utilização ou transformação de recursos naturais.
- B) O princípio da função socioambiental da propriedade autoriza o poder público a impor limites apenas ao uso de bens imóveis localizados em área rural, no que respeita à exploração de seus recursos naturais, não se aplicando, porém, tal preceito à propriedade urbana.
- C) De acordo com o princípio da precaução, diante de ameaças de danos sérios e irreversíveis, a falta de certeza científica não pode ser invocada como motivo para se adiarem medidas destinadas a prevenir a degradação ambiental, podendo a administração pública, com base no poder de polícia, embargar obras ou atividades.
- D) Consoante o princípio do poluidor-pagador, a definição dos custos de produção de determinada empresa poluidora não pode levar em consideração os custos sociais externos decorrentes de sua atividade poluente, sob pena de cometimento de infração administrativa ambiental.